

IDENTIDADE SUSTENTÁVEL: ESPACIALIDADE, IDENTIDADE E MEMÓRIA NOS ESTUDOS SOBRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Ludmila Pena Fuzzi¹¹³
Cristiano Luiz da Costa e Silva¹¹⁴

Artigo recebido em: setembro/2015
Artigo aceito em: outubro/2015

Resumo:

O presente artigo tem como finalidade compreender a relação das comunidades quilombolas com seu território, buscando na Identidade Sustentável do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), respaldos para a manutenção e perpetuação das Memórias Solidificadas, propiciando a legitimação destes espaços. Tal trabalho se origina da necessidade de buscar soluções mediante aos embates políticos e de interesse, na aplicação do Artigo 68 das Disposições Constitucionais

¹¹³ Pós Graduada em Política e Sociedade do Brasil Contemporâneo pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Pós Graduada em Patrimônio, Educação e Cidadania pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Presidente do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), Membro do Instituto de Estudos Vale Paraibanos (IEV), Membro da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), Diretora do Projeto Terras de Quilombos: Identidade, Contemporaneidade e Visão Educacional e Professora de História da Rede Municipal de Ensino de Taubaté. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4257754T6>

¹¹⁴ Pós Graduado em Política e Sociedade do Brasil Contemporâneo pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Vice-presidente do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), Músico no Santuário Nacional de Aparecida. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4470048Y1>

Transitórias. Aqui buscaremos compreender a relação de espacialidade, identidade e memória, fundamentando em diferentes autores, dando ênfase aos estudos sobre comunidades quilombolas, referenciados a partir de Marc Augé e Michael Pollak como teóricos centrais e dialogando com outros.

Palavras-chave: Identidade Sustentável; Quilombos; Espacialidade e Memória.

Abstract:

This article aims to understand the relationship of the quilombo communities to their territory, seeking in Sustainable Identity the Institute of Historical Research and Regional Environmental, backrests for the maintenance and perpetuation of solidified Memories, providing the legitimacy of these spaces. Such work stems from the need to seek solutions to mediante political clashes and interest in the application of Article 68 of the Constitutional Provisions. Here we will seek to understand the spatiality of relation, identity and memory, basing on different authors, emphasizing the study of maroon communities, referenced from Marc Augé and Michael Pollak as central theoretical and dialoguing with others.

Keywords: Sustainable identity; Quilombo; Spatiality and Memory

Introdução

Existem várias identidades estudadas por diferentes estudiosos que enriquecem as discussões antropológicas acerca das diferentes etnias que figuram nas sociedades globais. Algumas nacionalidades foram formadas a partir da soma de diferentes etnias provindas das relações sociais explicitadas pelos sistemas colonialistas. Neste ponto buscamos observar a heterogeneidade da sociedade brasileira a partir dos estudos de Quilombos, sua formação e sua relação com outros moldes de sociedade.

Na sociedade brasileira a que focaremos neste artigo, remetemo-nos as relações no campo rural, contextualizando o espaço em que os quilombos foram se formando. A Herança Rural, como proposto por Sérgio Buarque de Holanda (2014), é a base em que se forma a sociedade brasileira colonial, período em que se inicia as manifestações de resistência negra e se tornou possível o aparecimento de quilombos. O autor ainda explicita que esta não foi uma civilização agrícola, mas sim uma sociedade com características de raízes rurais. Os Quilombos foram locais que seguiram estas raízes, essencialmente rural, se mantinham inicialmente afastados geograficamente, mas não sem manter relação com outros pontos da sociedade patriarcalista.

Holanda ainda nos apresenta que esta sociedade não teve seus aspectos alterados até a abolição, em 1888. Uma sociedade agrícola produz para comercializar produtos, apresentando um grande excedente diversificado. Neste ponto, a sociedade brasileira sempre esteve atrelado numa produção de monocultura em diferentes períodos: pau-brasil, açúcar, extração de ouro e café. A produção diversificada ficava ligada a subsistência das propriedades, que lucravam apenas com o plantio de um único produto. É neste contexto que os Quilombos foram se fortalecendo, e herdaram a Herança Rural propiciada pelas características do cotidiano caipira.

Os movimentos que formaram os Quilombos buscavam um processo de contra-aculturação¹¹⁵, conforme apresentado pelos historiadores João José Reis (1996), em sua obra *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil* e Edson Carneiro (2011), em sua obra *O Quilombo dos Palmares*. Ambos apresentam que a resistência contra a implementação de moldes culturais europeus foi muito grande, e os espaços de quilombos tentaram apropriar-se de memórias trazidas pelos africanos escravizados, produzindo uma releitura do que seriam as tribos de diferentes etnias que vieram para o Brasil. Para referendar e enriquecer esta discussão traremos uma

¹¹⁵ Movimento contra o processo de aculturação. Aculturação se dá pelo contato de culturas diferentes e pela adoção mútua de costumes pertencentes à cultura diferente.

reflexão acerca do conceito de bricolagem, no viés antropológico, na formação dos territórios da memória de comunidades negras.

Considerando este ponto de discussão, propomos neste artigo referendar o conceito de Identidade Sustentável, proposto pelo Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), criado pelos autores deste texto, com o intuito de compreender as comunidades quilombolas em sua relação com os espaços, através de suas Memórias apresentadas. Depois traremos uma discussão acerca da sustentabilidade dessas memórias na contemporaneidade, oferecendo ideias de estratégias para manutenção e organização destes grupos.

1. Quilombos como comunidades de memória: espacialidade e identidade

Ao se propor o estudo de uma comunidade e ou comunidades devemos nos orientar por suas características antropológicas, sua relação social e com o meio, preservando a análise da territorialidade presente. Quando tratamos do conceito de *lugar antropológico*, proposto pelo antropólogo Marc Augé (2011), observamos esta relação de forma a compreender as memórias da oralidade, bem como os resquícios deixados pelos antepassados.

Oswaldo Truzzi (2007) apresenta que comunidade foi um termo largamente empregado com sentidos diversos e constituiu uma das noções centrais à sociologia, quando esta buscava afirmar como disciplina, ao final do século XIX. Muitos autores identificam então a comunidade como o refúgio de relações sociais eivadas por laços pessoais, emoções, compromissos morais, coesão social e traços de continuidade ao longo do tempo, características essas justamente em vias de desaparecer na transição de sociedades rurais a sociedades urbano-industriais.

As comunidades quilombolas remontam sua história a partir da oralidade passada de geração em geração, seguindo os moldes das sociedades africanas, em que a palavra é sagrada. O termo *comunidades de memória* proposto por Oswaldo Truzzi (2007) ligando com a proposta da oralidade nos faz identificar os Quilombos

como espaços de memórias, e dialogando com Marc Augé (2011), identificamos que as Memórias remontam as raízes que formaram aquelas identidades, e assim aprendemos sobre os indivíduos que vivem naquele determinado tempo e espaço.

A memória tem um dos atributos permitir que o processo de identidade seja realizado entre iguais. A memória, portanto, não pode ser entendida como um relicário, mas sim, como lugar do imaginário e da reconstrução da nossa condição de seres históricos. Aguçando o interesse pelo que foi, podemos construir a memória daquilo que será (DONATELLI, 1996 p. 34).

Nos espaços quilombolas podemos identificar características de uma sociedade de raízes rurais, não necessariamente uma civilização agrícola, conforme Sérgio Buarque de Holanda (2014) explicita em sua obra *Raízes do Brasil*. Meramente os negros fugidos tentavam reproduzir os moldes das sociedades africanas que mantinham na *memória étnica* o dado necessário para esta tentativa da reprodução social.

Nos estudos acerca das Comunidades de Memória, Oswald Truzzi (2007, pp:263) apresenta o conceito *comunidades étnicas*, e demonstra o exame dos que fatores que normalmente contribuem para sua definição:

1. Um conjunto de traços culturais distintos, dentre os quais os considerados mais importantes são a língua e a religião;
2. Um sentido de pertencimento (ou de comunidade) compartilhado entre seus membros, normalmente derivado da convicção em ancestrais ou em raízes comuns;
3. Um sentido etnocêntrico, no sentido de julgar os outros por critérios do próprio grupo, naturalizando percepções que eventualmente podem levar a comportamentos preconceituosos em relação aos outros;

Quando estudamos as comunidades quilombolas classificamos as etnias envolvidas em sua formação a partir deste segmento de análise técnica. Isto é possível devido à presença dos traços em comuns entre os quilombolas, bem como o seu sentimento de pertencimento aquele grupo.

Partindo da ideia de comunidade étnica, podemos salientar que a memória na formação dessas comunidades contribui significativamente para o sentimento de pertencimento. Nos estudos do Michael Pollak, na obra *Memória e Identidade Social*¹¹⁶, o autor propõe diferentes momentos sobre a relação Identidade e Memória, o que pode ser muito bem aplicado teoricamente na relação que os quilombolas apresentam em sua espacialidade, a partir das Memórias já vividas.

[...] são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não [...] esses elementos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada (POLLAK, 1992, p.2).

As Memórias Herdadas, conforme explicitado por Michael Pollak (1992), delineiam características de relação entre os quilombolas e sua espacialidade. Esses acontecimentos remontam toda a historicidade presente, conduzindo a formação de um imaginário coletivo, moldando significativamente os comportamentos coletivos, principalmente na busca pela luta das legitimações de terras.

Também podemos aqui especificar que estas memórias produzem uma etnicidade, que é de grande valia da identificação de um grupo específico, considerando que os Quilombos não foram somente formados por negros e suas diferentes etnias, mas também por índios e brancos longe dos moldes das sociedades que os cercavam. “Os quilombolas viviam em paz, numa espécie de fraternidade racial. Havia, nos quilombos, uma participação heterogênea, de que participavam em maioria os negros, mas que contava também mulatos e índios” (CARNEIRO, 2011, p. XL)

¹¹⁶ Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Especificamente uma identidade étnica ou etnicidade não são apresentadas como um conjunto de características também, Barth (1969), ressalta que um grupo étnico não existe não por similaridades internas ou diferenças, mas porque os indivíduos nele contidos os observam e os compreendem como tal, instituindo-se como um grupo diferenciado dos outros no seu entorno.

Os grupos étnicos são, portanto, criações sociais nas quais traços diferenciados ou comuns são basicamente uma questão de percepção. Isso significa que grupos objetivamente bastante similares podem ser percebidos como bem diferentes e, em contrapartida, grupos objetivamente bem diferentes podem ser percebidos como similares (MARGER, 1994, p.13 apud TRUZZI, 2007, p. 264).

Marcelo Moura Mello (2012), diz que foi visto que a definição conceitual das comunidades remanescentes de quilombos teve como base a teoria da etnicidade, especialmente na sua versão barthiana. Os Quilombos resultam da presença de diferentes etnias africanas, consequência gerada pelos diferentes negros trazidos no período do tráfico negreiro. A partir disto diferente símbolo vão se unificando e traçando a formação de uma Identidade única de uma comunidade específica quilombola, considerando que em todo o território brasileiro existiram várias e cada uma com suas especificidades e simbologia, resultantes de uma bricolagem ao longo do tempo e espaço.

Em diversas situações, a formação dos grupos étnicos se dá por meio de apelos a um passado comum e de reivindicação de uma história específica. Na constituição da etnicidade, há uma descontinuidade real e uma ênfase na imutabilidade aparente do produto [...] Os deslocamentos conceituais da teoria da etnicidade oferecem contribuições importantes para tratar desses pontos (MELLO, 2012, p. 63-64).

Cada estrutura de significação, organização, sujeitos, trabalho e ambiente, tudo deve ser estudado com muito cuidado, pois como Clifford Geertz (1989) diz que a multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares implícitas. Isto reflete na forma como o pesquisador deve se embasar para coletar

dados sobre comunidades quilombolas, apresentando cuidados para não subjetivar a pesquisa e especificamente quantificar os resultados, perdendo a qualidade de vista.

Considerando isto, para compor as perspectivas de um retrato da cultura organizacional dos Quilombos, seguimos a ideia da metáfora da bricolagem das formatações dos territórios da memória de comunidades negras.

Lévi-Strauss (1976) explicita que o termo *bricolage*, significa a construção de significados diversos em função de novos arranjos nascidos a partir da decomposição e recomposição de elementos preexistentes. Portanto, quando se produz um objeto novo a partir de pedaços e fragmentos de outros objetos e reúne, sem um plano muito rígido, tudo o que se encontra e que serve para o objeto está compondo um único. Neste processo de bricolagem, podemos embasar a formação dos Quilombos, considerando suas Memórias, como já explanado, fragmentos para a formatação de sua espacialidade e forma única.

Quando um grupo não se identifica como quilombola, não podemos insistir nesta classificação, por mais que em sua espacialidade apresente características materiais ali presentes. Podemos fundamentar esta problemática com uma comunidade presente em Redenção da Serra, localizado no Vale Paraíba Paulista¹¹⁷. Um bairro a beira da estrada, chamado pelos moradores da cidade e Quilombo. Constatando a materialidade presente e o histórico, podemos problematizar que aquele local fora um Quilombo, porém o grupo que descende dos fundadores do bairro, fogem desta denominação e não gostam de manter este discurso. Neste caso, o conceito de identidade étnica de um quilombo, não pode se concretizar.

Durante o processo de investigação desta comunidade, conforme descrito no rodapé anterior, observamos que a reciprocidade destes com o poder público interfere em compreendermos melhor a Identidade do bairro Paineiras,

¹¹⁷ Na busca de supostas comunidades remanescentes de quilombolas na região do Vale Paraíba Paulista, encontramos um grupo na cidade de Redenção da Serra, que em sua materialidade e espacialidade se apresenta como comunidade quilombola, porém, não se identificam como tal. Para chegarmos a estes resultados, trabalhamos no projeto “Memórias Orais de Redenção da Serra”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), realizou em 2011. Neste projeto foram entrevistados cerca de 15 moradores do Bairro Rural Quilombo, da cidade, considerando que atualmente vivem cerca de 36 moradores.

principalmente por estes não se aceitarem como Quilombolas ou descendentes. Primeiramente, através de estudos de registros de Memorialistas locais, indicam que o local foi formado como alojamento de negros fugidos das fazendas de Café da cidade de Taubaté/SP. O estudo da espacialidade, através do método da arqueologia afro-americana¹¹⁸, trouxe evidências de resquícios de um antigo quilombo, formado de forma menos complexa do que a dos demais já estudados pelo país, assim como apresentou Pedro Paulo Funari, nos estudos arqueológicos referente ao Quilombo dos Palmares. O estilo de cultivo de terra, a formatação das casas, que antes eram Mocambos e agora apenas casinhas seguindo os modelos da arquitetura popular caipira brasileira, a presença do artesanato com folhas secas de bananeira e milho, vão dando respaldo a ideia de um antigo Quilombo, quase nada documentado, dificultando a legitimação para estudos científicos.

Através do método da História Oral, seguindo a proposta de José Carlos Sebe Meihy (2011) e da transcrição de Tourtier-Bonazzi (1998), tentamos dialogar com os dados da cultura material presente com a Memória dos moradores. Nos deparamos com a problemática dos entrevistados não se identificarem como remanescentes quilombolas, e o mais interessante, negam a presença de culto a religiões de matrizes africanas, como podemos trazer *“Aqui não tem nada de Quilombo, a prefeitura só fala isto por causa do turismo, não conhecemos nenhuma outra religião aqui, temos a nossa igrejinha e rezamos toda manhã para Nossa Senhora Aparecida e São Benedito”* (J.B.C., entrevista realizada em 24 de março de 2010).¹¹⁹

O interessante que pela materialidade encontramos resquícios de oferendas a orixás, porém de forma escondida, fortalecendo a ideia de não aceitação da condição quilombola. Também percebemos uma grande insatisfação com a atuação

¹¹⁸ Esta é uma nova proposta metodológica de estudos da cultura material, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, pela Mestranda Estefania Jaékel da Rosa, resultando no artigo “Identidade Afro-brasileira: Um diálogo entre Memória e Cultura Material”, publicado Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010.

¹¹⁹ Foram realizadas cerca de 15 entrevistas com moradores do Bairro das Paineiras em Redenção da Serra, no período de 10 a 30 de março de 2011. Essas entrevistas pertencem ao acervo do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR). Sempre que citarmos trechos da transcrição das entrevistas, iremos indicar apenas as iniciais dos entrevistados, respeitamos as normas propostas pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO).

do poder público local. O bairro fica isolado por uma porteira e para pessoas de fora entrar, somente com autorização do líder da comunidade. Trazemos a luz este exemplo para debatermos a própria questão de compreensão de Identidade.

Salientando a proposta de Michael Pollak (1992), este propõe que a construção da Identidade segue três pontos: a) Unidade Física (fronteiras) b) Continuidade do Tempo c) há sentimento de coerência, diferentes elementos unificados e estudo tudo fortalece uma Memória Solidificada. A relação entre Território e Identidade surge dessas memórias, trazidas pela História Oral de diferentes formas. E assim observamos que a comunidade de Redenção da Serra não apresenta tal Identidade, pois não tem sentimento de pertencimento, rompendo com a ideia de memória herdada, proposta pelo autor.

Neste parâmetro, o Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), vem construir o conceito de Identidade Sustentável, em que as Memórias Solidificadas proponham fortalecimento das ações para manutenção e preservação dessas Identidades, sem alterar a legitimidade dos grupos em que são aplicadas.

2. A construção da ideia de identidade sustentável

Atualmente há uma visível tendência pela preservação, ou reconstrução da identidade dos territórios, apesar do intenso processo de globalização. Esta situação desafia alguns lugares a buscar potencializar seus recursos naturais, sociais e culturais como ativos para estratégias de desenvolvimento sustentável. Dentro deste contexto, o SEBRAE, solicitou ao Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR) a elaborar um plano de ação para o projeto piloto do Consórcio do Vale Histórico¹²⁰.

Inicialmente a solicitação se embasava em criar estratégias a partir do uso de bonés e camisetas para sensibilizar a população local a respeitar suas características e

¹²⁰ União das cidades da região do Vale Histórico, localizado no Vale do Paraíba Paulista, com gerenciamento do SEBRAE, com intuito de fortalecer as economias locais. As cidades participantes do Consórcio eram: Queluz, Areias, Silveiras, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal.

fortalecendo assim o turismo receptivo local. Porém, após analisar o projeto piloto, o IPHAR ressaltou ao SEBRAE que tal ideia não atingiria de fato o objetivo central proposta, pois bonés e camisetas não sensibilizavam significativamente um coletivo de pessoas. A partir daí se iniciou um profundo estudo teórico acerca de como atingir os resultados propostos. Os mesmos autores utilizados no diálogo teórico deste artigo, como Marc Augé, Michael Pollak, Rogério Haesbaert, somados a Pierre Nora, deram embasamento ao que se apresenta a seguir.

Percebemos que era possível gerenciar os resultados de uma pesquisa acerca das Memórias e Identidade locais, oportunizando uma sustentabilização destes seguindo a ideia de empreendedorismo relacionado as esferas sociais presentes naquela espacialidade. Nesta concepção, os pesquisadores Prof^a Ludmila Pena Fuzzi, Prof. Cristiano Luiz da Silva (historiadores) e Marcos Aurélio Moreira (Administrador e Ambientalista), desenvolveram uma linha de raciocínio, inicialmente denominada “Programa de Interatividade Popular” (PIP) e depois atualizada para Identidade Sustentável, ao final da aplicação da linha em alguns locais.

Segundo os Relatórios de Aplicação do Consórcio do Vale Histórico¹²¹, inicialmente seguia-se a ideia de levantar e investigar sobre a Identidade da comunidade ou cidade a ser aplicado o projeto. A fase inicial consistiu em um conjunto de estratégias investigativas históricas a mapear e apresentar tais características. Para isto consideramos a História Oral como método central a ser utilizado, basicamente seguimos a base teórica de História Oral Temática e História Oral da Vida¹²², tal como propõe o já citado pesquisador José Carlos Sebe B. Meihy (2011) e a transcrição também seguida do que se apresenta Chantal de Tourtier-Bonazzi (1998). Para dialogar com os dados da oralidade, na fase 1 do projeto, a equipe realizou pesquisas em fontes documentais escritas, usando metodologia da

¹²¹¹²¹ Documentos presentes no acervo do SEBRAE com cópias no arquivo do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), referente aplicação do projeto Identidade Sustentável, como fonte inicial de registros sobre o conceito apresentado.

¹²² Não existe um questionário padrão na aplicação de História Oral de Vida, são registradas as memórias de forma livre, considerando as emoções e paradas existentes. Na História Oral Temática, é aplicado questionário padrão referente as memórias ligadas a relação do indivíduo com espaço em que vive ou viveu (no caso a cidade de aplicação do projeto).

grade de análise do conteúdo¹²³, método desenvolvido pela historiadora Maria Regina Cândido, coordenadora do Núcleo de Estudos de Antiguidade da UERJ. A catalogação e levantamento de fontes fotográficas antigas e atuais, bem como de objetos que ativem as memórias locais. A ideia foi a criação de um banco de Memória sobre os locais estudados.

A segunda fase vem trabalhar os resultados encontrados, dando sustentabilidade a eles. Seguindo-se esta fase, iniciamos os trabalhos com a esfera social de empresários locais, considerando estes desde grandes hoteleiros até o pipoqueiro. Fazer com que estes se reconheçam como parte da Identidade local, os incentivamos a investir em atrações ou ideias que utilizem características próprias, conforme aquelas levantadas na primeira fase. Segundo o ambientalista, Marcos Aurélio Moreira apresenta nos relatórios aqui apresentados, a ideia de dar sustentabilidade ao turismo local está em compreender que aqueles que visitam a cidade desejam ter experiências diferentes daquelas que tem em seu dia a dia.

Na última fase, os autores apresentam a interação dos resultados já sustentabilizados com as demais esferas sociais locais. Foi trabalhado projetos de cunho educacional e social, tendo em vista apresentar a todos suas memórias, propiciando referendar os lugares de memórias, conforme Pierre Nora apresenta em seus estudos.

Portando observamos que o Programa de Identidade Sustentável, de autoria do Instituto de Pesquisa Histórica e Ambiental Regional (IPHAR), aplicado no Consórcio do Vale Histórico, durante o ano de 2010, formou-se basicamente em três fases que se interagem entre si denominadas: IDENTIDADE (fase 1), SUSTENTABILIDADE (fase 2) e SENSIBILIZAÇÃO (fase 3), fortalecendo o turismo receptivo das cidades que formam o Vale Histórico.

Considerando a experiência que tivemos com a formação do conceito de Identidade Sustentável, começamos a criar propostas de sua aplicação em diferentes linhas de raciocínio, e ao pensarmos sobre identidade e memórias quilombolas,

¹²³ A metodologia foi desenvolvida para lidar com a base dos indícios históricos presentes nos documentos, possibilitando averiguar o autor, a obra e o contexto de produção.

observamos que é possível entendermos que podemos compreender estes espaços através de suas memórias e pensarmos que existe uma esfera social menos diversificada do que as cidades. Observar que os grupos quilombolas tentam se legitimar como tais, enfrentando as dificuldades diante as ações do poder público, e através do que aqui se propõe, uma nova forma de referendar a aplicação da lei vem fortalecer o debate acerca da posse de terra de quilombos.

3. Identidade sustentável: uma nova forma de compreender a legitimidade das terras quilombolas

A sustentabilidade é uma política que vem sendo discutida em diferentes esferas do poder público, na busca de soluções para as problemáticas estruturais que vem apresentando do atual sistema de sobrevivência que escolhemos. Este conceito não está mais somente atrelado aos estudos do Meio Ambiente, mas também áreas como Educação, Turismo, Cultural, Saúde e outros.

Um dos pontos que problematizam a perda de resquícios de grupos que sofrem aculturação com o decorrer dos tempos é justamente a falta da manutenção da sustentabilidade dessas diferentes identidades. Diagnosticado por nós, observamos que cidades que criam eventos culturais turísticos e importam programação externa, tendem a fracassar e não obter lucros concretos. Sabe-se que em sua maioria, as pessoas que vão a este tipo de evento, buscam conhecer as características locais. Considerando esta problemática, a Identidade Sustentável referendar e fundamentar ações e reflexões para que a relação dos indivíduos locais com sua espacialidade gere frutos perpétuos, sempre na manutenção dessas Memórias, o que como já discutimos anteriormente, se solidificam com a coletividade do grupo.

Para Rogério Haesbaert (2004), no domínio das Ciências Sociais, o conceito de território é associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de

pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma Identidade Territorial.

Sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controla simbólico sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p.42).

Os indivíduos se apropriam do espaço e vão moldando de acordo com suas necessidades e características, gerando assim seus territórios. Essa relação do sentido tanto ao espaço quanto ao próprio indivíduo, que cria seus comportamentos a partir do que a espacialidade lhe coloca como limite. As fronteiras entre os territórios, dão sentido ao comportamento regional, formado por vários grupos étnicos, com suas Memórias Solidificadas presentes.

Já para Raffestin (1993), espaço e território não são a mesma coisa, pelo contrário, o primeiro antecede o segundo. Na argumentação que o autor explicita, estes dois conceitos, diz que o território é fruto de ação programada do sujeito que se apropria concreta e simbolicamente do espaço, gerando assim sua Identidade Territorial, propiciando o lugar antropológico de Marc Augé (2011). O território é, portanto, para Raffestin (1993), a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido.

Seguindo neste ponto, quando observamos as comunidades quilombolas em busca pela legitimação da posse de suas terras, verificamos a necessidade de compreenderem o espaço como seu território, em que suas memórias estejam presentes tanto na materialidade, como na historicidade. Com as propostas da Identidade Sustentável é possível catalogarmos e sustentabilizarmos esta relação do grupo com seu espaço.

As comunidades quilombolas apresentam grande dificuldade em respaldar suas solicitações de legitimação territorial. Para Marcelo Moura Mello (2012), em diversas situações, a formação dos grupos étnicos se dá por meio de apelos a um passado comum e de reivindicações de uma história específica. Por muitas vezes essas histórias não auxiliam em fundamentar que os territórios realmente pertencem a aquele grupo específico que se identifica com ele, e esta problematização provém de diversos interesses políticos.

O Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, dá direito à terra das comunidades quilombolas brasileiras. A Fundação Cultural Palmares – FCP é uma fundação do governo federal, cuja criação foi autorizada pela Lei n.º 7.668/88 e materializada pelo Decreto n.º 418/92, com a finalidade de promover a cultura negra e suas várias expressões no seio da sociedade brasileira. Dentro de sua missão institucional, tem especial destaque a competência para praticar as medidas de implementação do disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Mediante a problemática, a Fundação Cultural Palmares tem oferecido várias reflexões sobre o tema. As titulações destes territórios se fundamentam nas discussões teóricas aqui trazidas neste presente artigo. Com isto, a Identidade Sustentável vem ser mais um método para que essas questões sejam devidamente legitimadas e perpassadas de geração para geração.

Os movimentos sociais, que a partir de 1970 vêm se consolidando fora dos traços tradicionais, através de suas expressões e reconhecimento étnico, critérios de gêneros, e autodefinição coletiva que concorrem para relativizar as divisões político-administrativas e a maneira convencional de organização e de encaminhamento de demandas aos poderes públicos, sendo chamados popularmente por estes de movimento de minorias. Neste contexto, os grupos Quilombolas vêm ganhando força, e são fundamentadas na Constituição Federal de 1988 e legislações estaduais e municipais por todo território nacional.

A problemática para efetivação destes dispositivos legais, explicitam que há conflitos relativos ao seu reconhecimento jurídico-formal, rompendo com a

invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação do território, embasado em fatores culturais intrínsecos.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.(Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias).

Mediante ao laconismo do texto legal, apareceram inúmeros questionamentos, e um deles refere-se ao instrumento apropriado para a viabilização do comando normativo explicitado.

Para Daniel Sarmiento (2006) linhas de discussão no setor político começaram a tentar delinear as ações perante a legitimação constitucional das terras de quilombos. Uns defendiam que a própria constituinte já teria oportunizado a transferência das propriedades quilombolas, sendo desnecessária a desapropriação das terras privadas a serem tituladas em nome dos remanescentes de quilombos, sendo indevido o pagamento de qualquer indenização aos antigos proprietários. Outros, por sua vez, defenderam a necessidade da prévia desapropriação para a transferência regular da propriedade às comunidades quilombolas.

Segundo Hebe Mattos (2013) a promulgação do decreto sobre o patrimônio imaterial, em 2000, reforçou um novo ponto de vista antropológico e jurídico, e abriu caminhos para os quilombolas conferirem valor de patrimônio cultural à sua própria história, memória e expressão cultural. Segundo a autora, o Decreto nº3.551 permitiu que todo o conjunto de bens culturais de perfil popular e de reconhecida presença afrodescendente, como o samba de roda, o acarajé, o tambor de crioula, o samba e a capoeira, recebesse reconhecimento até mesmo internacional. Diante esta realidade, novos rumos tomam o debate acerca da legitimação de terras Quilombolas.

Perante a toda esta problemática apresentada, refletimos que a solução está no entendimento entre a relação da identidade, território e da Memória com as comunidades quilombolas, e que uma das metodologias a serem mais usadas é a

História Oral, tendo depois o cuidado da transcrição, sem deixar de lado a subjetividade dos indivíduos entrevistados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Os Quilombos e as novas etnias” In: LEITÃO (org.) **Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais**. Instituto Socioambiental, São Paulo: 1999.

AUGÉ. Marc. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª Edição, Papirus, Campinas, 2012.

BARTH, Frederik. **Ethnic Groups and Boundaries**. Boston: Little, Brown, 1969.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. 5ª Edição, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2011.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **Des-Territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha no nordeste. EDUFF, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. UFRGS, Porto Alegre, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª Edição, Companhia das Letras, São Paulo, 2014.

LÉVI-STRAUSS C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976.

LINDOSO, Dirceu, 1932. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. CAVALCANTI, Bruno César (orgs.). EDUFAL, Maceió, 2011.

MATTOS, Hebe. Lugares do Tráfico, lugares de memória: novos quilombos, patrimônio cultural e direito à reparação. In: MATTOS, Hebe (org.), **Diáspora**

Negra e Lugares de Memória: A história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial. Editora da UFF, Niterói/RJ, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Guia prático da história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. Contexto, São Paulo, 2011.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos:** territórios da memória em uma comunidade negra rural. Terceiro Nome, São Paulo, 2012.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acrenidade”:** Invenção e Reinvenção da Identidade Acreniana. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção de Doutora em Geografia, orientador Rogério da Costa Haesbaert, Niterói/RJ, 2008.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos. Vol. 5, N.10, p. 200-2012, Rio de Janeiro, 1992.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Ática, São Paulo, 1993.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs). **Liberdade Por um Fio:** História dos Quilombos no Brasil. Cia. das Letras, 1996.

SARMENRO, Daniel. **A Garantia do Direito à Posse dos Remanescentes de Quilombos antes da Desapropriação.** Procuradoria Regional da República, Coleção do Ministério Público Federal, Brasília, 2006.

SCHMITT, Alessandra. **A Atualização do conceito de quilombo:** identidade e território nas definições teóricas. Ambiente e Sociedade, Ano V, N° 10, 1° Semestre, São Paulo, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique (orgs.) **Dicionário dos Conceitos Históricos.** Contexto, São Paulo, 2006.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira, (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 8ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.

TRUZZI, Oswaldo. Comunidades de Memória. In: MIRANDA, Danilo Santos. **Memória e Cultura: A importância da Memória na Formação Cultural Humana**. Edições SESC São Paulo, São Paulo, 2007.